

A questão da identidade da “mulher” e a necessidade de um “feminismo negro”

The question of the identity of the “woman” and the need for a “black feminism”

Vera Tatiana dos Reis Monteiro Gomes

Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

veramonteiro8@hotmail.com

Recebido em: 15/06/2015

Aprovado em: 11/07/2015

RESUMO: O artigo aborda a problemática entre igualdade e diferença, enfocando a necessidade de se abalar posições binárias para o masculino e o feminino e de se rediscutir a política feminista no cenário das identidades em constante deslize. Enfatiza a importância de se pensar de maneira articulada a intersecção das variáveis de gênero e raça para atender demandas específicas e potencializar a construção de uma sociedade multirracial e pluricultural.

PALAVRAS CHAVE: Feminismo, racismo, identidade.

ABSTRACT: The article discusses the problems between equality and difference, focusing on the need to shake binary positions for male and female and to revisit feminist politics in the scenario of identities in constant slip. It emphasizes the importance of taking a comprehensive approach to the intersection of gender and race variables to meet specific demands and enhance the construction of a multiracial and multicultural society.

KEYWORDS: Feminism, racism, identity.

O presente artigo aborda a tensão entre igualdade e diferença, enfocando o binômio homem-mulher e a problemática utilização do próprio termo “mulheres” como algo que designe uma identidade comum, analisando suas implicações no campo das reivindicações políticas. Visa, com isso, a contribuir para as reflexões sobre a necessidade de se abalar posições fixas e binárias estabelecidas para o masculino e o feminino, a fim de reconhecer que, em um cenário de identidades

em constante deslize, a diferença e a igualdade são mais complexas e imbricadas do que a estrutura maniqueísta propõe.

O artigo enfatiza, portanto, a importância de se rediscutir a política feminista para que sejam reconhecidas especificidades e diferenças dentro de uma aparente igualdade ou unidade de grupo, isto é, para que seja possível discernir idiossincrasias e necessidades distintas dentro de um mesmo grupo, de forma a ampliar as possibilidades de atender demandas diversas.

No que se refere à busca pela igualdade, cabe pontuar que o movimento feminista se cindiu em duas linhas principais, a partir, principalmente, dos anos 20, na Europa. De acordo com Toscano¹, figuravam, de um lado, as mulheres que faziam de sua luta algo isolado do conjunto social, tomando como bandeira principal a questão sufragista e, de outro, as mulheres socialistas, que acreditavam que somente uma revolução, capaz de transformar a sociedade como um todo, possibilitaria uma mudança mais significativa na posição social da mulher. O início do movimento feminista como um todo reclamava para as mulheres uma existência pautada na igualdade em relação aos homens. As reivindicações buscavam basicamente o direito ao voto e ao trabalho remunerado. O parâmetro de vida a ser atingido era o masculino, o que o mantinha como superior, como ideal.

Segundo Oliveira, a partir dos anos 70, a reivindicação feminina toma novos caminhos, passando a anunciar que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles e que as diferenças não traduzem desvantagens para elas.² Assim, a ideia da busca pela igualdade foi sendo deslocada e o masculino enquanto referência questionado.

Nessa linha, propõe Drucilla Cornell um duplo trabalho, que se constitui tanto em evitar a cumplicidade com a sociedade patriarcal, que tem o referencial masculino como padrão, como em romper com a afirmação de uma identidade sexual, uma vez que sustentar a existência da diferença sexual opositiva é corroborar para manter o feminino na posição secundária ou subordinada. Para a autora, propor direitos para as mulheres a partir dos direitos dos homens, ou somente reclamar por direitos iguais, é não enfrentar a questão da maternidade e seus impactos no mundo do trabalho, ignorando, repudiando e mantendo invisíveis as especificidades das mulheres. Assumir o homem como norma é estabelecer a hierarquia de gênero e manter as mulheres em estado de “negligência”, no qual o feminino é

¹ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.22).

² OLIVEIRA, Rosyska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: brasiliense, 1999, p.71.

“ignorado, repudiado e limitado por estereótipos”. Assim, ao invés de direitos iguais, a autora propõe a “equivalência de direitos”, como alternativa para reconhecer categorias de direitos que não estariam contempladas na ideia dos direitos iguais.³

A questão da ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres em posição de igualdade com os homens enfrenta o que Cornell chama de *mommy track*, isto é, a opção pela maternidade, que, muitas vezes, faz com que as empresas relembram às mulheres cargos mais baixos, tendo em vista a lógica opositiva entre os sexos, que não reconhece as diferenças entre pelo menos dois grupos de trabalhadoras: aquelas que precisam de agendas flexíveis e as que priorizam a carreira profissional.⁴

Nesse sentido, atentar para as diferenças entre as mulheres seria, de acordo com Joan Scott, “o verdadeiro sentido da igualdade”.⁵ Conforme explica Rodrigues, para Scott, a oposição binária entre mulheres e homens é convencional e escamoteia as diferenças existentes entre as próprias mulheres, forjando uma identidade para a categoria mulher e tornando invisíveis as diferenças existentes dentro de cada grupo. A autora insiste nas diferenças, recusando-se a opor igualdade e diferença, argumentando que o contrário de igualdade não é diferença, mas desigualdade. Assim, pensar em termos de igualdade seria escamotear as diferenças existentes em cada grupo, ao passo que pensar em termos somente de diferença significaria ignorar a igualdade existente entre homens e mulheres. Frente a essa tensão entre a defesa da igualdade de direitos e o reconhecimento das diferenças, Scott propõe que se recusem construções dicotômicas:

Caso opte por uma igualdade, se é forçado a aceitar a ideia de que a diferença é antitética. Caso se opte pela diferença, admite-se que a igualdade é inatingível. Feministas não podem desistir da “diferença”, que é a ferramenta de análise mais criativa que temos. Mas também não podemos desistir da “igualdade”, pelo menos enquanto quisermos dialogar com os princípios e valores de nosso sistema político.⁶

Dessa maneira, desconstruindo os binômios igualdade/diferença e homem/mulher e percebendo que as duas oposições se permeiam, podendo se afastar ou se aproximar de

³ RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120.

⁴ *Idem*, p.122.

⁵ SCOTT *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120.

⁶ SCOTT *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p.115.

maneira contínua, é possível refutar a crítica que vê a defesa das especificidades das mulheres como retorno ao essencialismo - que manteve as mulheres em posição de subordinação, por considerar as diferenças sexuais como biológicas e naturais – pois, considerando que as identidades não são fixas, mas contingentes, não há lugar para o essencialismo.

É justamente a partir da ideia de identidades não fixas que Derrida vai trabalhar, entendendo que fixar a mulher em um lugar seria uma maneira de classificação, de categorização, de estereotipização e, portanto, de violência. As reivindicações do movimento feminista para criar lugares para as mulheres nas instituições, como mercado de trabalho, política e universidade, constituíram um feminismo importante, mas incompleto, o reverso de determinar um lugar para as mulheres em casa. “Por que seria necessário que houvesse um lugar para a mulher? E por que um só, essencial?” Esta é a pergunta de Derrida que Rodrigues vai buscar em *Choréographies – entrevista com Christie V. McDonald* publicada no livro *Point de Suspension* (1992).⁷

Ainda conforme análise da pesquisadora, Derrida opta por pensar as mulheres como um “indecidível”, possibilitando uma dança entre lugares que se deslocam e afirmando que a recusa em estabelecer um lugar para a mulher não é um pensamento feminista nem antifeminista, mas uma linha de tensão e de significação possível, desorganizando posições binárias sem ter que instituir um terceiro termo. O filósofo estaria criticando o feminismo como posição invertida do falocentrismo e o inscreve no campo do “não-lugar”, do “indecidível”, abrindo à mulher a possibilidade de sair da tradição que o senso comum atribui à feminilidade, para significar-se.⁸

Mas, a inscrição do feminismo no campo do “não-lugar” pode ir contra o desejo de muitas feministas em atribuir uma identidade à mulher, já que procuram a inversão do esquema hierárquico entre homens e mulheres para garantir às mulheres a ocupação em lugares dos quais sempre estiveram excluídas. O que Rodrigues entende com as noções de “não-lugar” e de “indecidível” é que ao invés de se determinar que o lugar das mulheres não é em casa, mas no mercado do trabalho ou nas universidades, o que também constituiria uma

⁷ Derrida *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 28.

⁸ Derrida *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 29.

violência contra elas, seja aberta a possibilidade de identificação, de deslocamento, que escapa do conceito fixo de identidade. Fixar-se em identidades seria fixar-se no esquema hierárquico que se pretende combater. Por isso, o pensamento da desconstrução propõe sempre esse trabalho duplo e simultâneo: de inversão e deslocamento.⁹

Quanto ao esvaziamento das reivindicações políticas baseadas na identidade, é possível pensar de acordo com essa lógica da inversão e deslocamento. A inversão se faria presente como forma de determinar uma identidade que represente as mulheres. Porém, somente a inversão do esquema masculino como reivindicação identitária não seria suficiente para reclamar as especificidades das mulheres, motivo pelo qual deve vir acompanhada de um movimento simultâneo de deslocamento, que permita novas formas de identificação e de significação.

Para Judith Butler, entretanto, é possível haver política sem que se construa uma identidade fixa ou um sujeito fixo a ser representado. Butler problematiza, ainda, que a teoria e a militância feministas tenham se baseado no termo “mulheres” como algo que signifique uma identidade comum. Entende que o sujeito “mulher” não é uma premissa. Por isso, critica a necessidade de a política feminista de se fundamentar numa base fixa e totalizante. Segundo a autora, o termo “mulheres” é uma categoria “produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação.”¹⁰

No livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler desconstrói a premissa em que se baseava a teoria feminista de que o sexo é natural e o gênero é culturalmente construído. Segundo Butler, a frase famosa de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” sugere que o gênero é culturalmente construído, mas não há nada nessa afirmação que garanta que o ser que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea.¹¹

⁹ RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 30.

¹⁰ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.19.

¹¹ *Idem*, p.27.

Realmente, Beauvoir não problematiza essa questão do ser que se torna mulher ser fêmea ou não. Mas no conjunto de sua obra, é possível verificar que a autora parte dessa premissa, quando afirma, por exemplo, que:

A biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana.¹²

Na passagem acima, Beauvoir associa claramente a mulher à fêmea humana, sugerindo que a realidade histórica que revestiu a fêmea humana colocou a mulher na posição do “outro”. Assim, parte da premissa de que esse ser que se torna mulher e o “outro” é fêmea. O que a autora vai questionar são as maneiras através das quais a fêmea pode definir as possibilidades de se tornar “mulher”, pois “a mulher não é uma realidade imóvel, mas um vir a ser”¹³ e, por isso, não estaria condenada para sempre à submissão.

Beauvoir trabalha, assim, com o binômio sexo/gênero, apesar de não utilizar esse conceito, afirmando que os dados biológicos desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano e que o corpo é um dos elementos essenciais da sua situação no mundo, mas que não constitui um destino imutável para elas, não bastando para definir uma hierarquia de sexos ou para condená-las para sempre à condição de subordinadas: “A consciência que a *mulher* adquire de si mesma não é definida unicamente pela *sexualidade*”¹⁴ porque a biologia tem que ser esclarecida a partir “de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico”¹⁵ e, portanto, de um processo histórico e cultural.

Na passagem acima, aparece mais uma vez o sexo como origem do gênero, isto é, a premissa de que o ser que dá origem à mulher seja fêmea. Importa esclarecer, entretanto, que, apesar de o pensamento de Beauvoir se pautar na oposição sexo/gênero, esse binômio não foi instituído por ela¹⁶. Foi com Gayle Rubin que o conceito de gênero passou a se

¹² BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1, p.57.

¹³ *Idem*, p. 54.

¹⁴ *Idem*, p. 57.

¹⁵ *Idem*, p. 73.

¹⁶ O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. O psicanalista dizia que o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa “acabada”, *gendered*, como homem ou mulher. (PISCITELLI, Adriana.

difundir amplamente, a partir da publicação do ensaio *O tráfico das mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, de 1975, no qual a autora introduz o conceito de gênero no debate sobre as causas de opressão da mulher. Segundo Piscitelli, Rubin elabora o conceito sistema sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” e se questiona sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres: “a passagem da fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”.¹⁷ Nessa formulação, a cultura se sobrepõe à natureza, pois a natureza fornece “dados” sobre os quais se sobrepõem as influências sociais. No mesmo sentido, explica Nicholson, que para Rubin, o biológico seria a base sobre a qual se constituem os significados culturais. Assim, no mesmo momento que a influência do biológico é minada, ela é invocada.

Conforme interpretação de Piscitelli sobre Rubin, a subordinação das mulheres seria o produto das relações por meio das quais as convenções da sexualidade se produzem e se mantêm, o que leva a autora a pensar na necessidade de estudar cada sociedade para verificar os mecanismos geradores dessas convenções. Baseando-se em argumentos de Lévi-Strauss sobre as pré-condições necessárias para a operação dos sistemas de casamento, Rubin propõe que o parentesco seria o criador do gênero, com formas específicas que variam através das culturas, instaurando a diferença, a oposição e exacerbando, culturalmente, as diferenças biológicas entre os sexos. O parentesco inauguraria a interdependência entre homens e mulheres e a regulação social da sexualidade. O gênero seria, assim, um imperativo da cultura, opondo homens e mulheres através do parentesco.¹⁸

O trabalho de Rubin é relevante porque colocou o sistema sexo/gênero como uma alternativa ao patriarcado¹⁹, pois esse sistema indica que a opressão não é inevitável, mas é

"Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.)

¹⁷ PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.8.

¹⁸ RUBIN apud PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.9.

¹⁹ Segundo Piscitelli, o pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem para a opressão das mulheres, que viria sendo atualizada até a organização da sociedade contemporânea. Porém, a utilização do termo fora dos contextos históricos específicos dificultava a compreensão das relações sociais que originavam as várias formas de discriminação. O conceito passou a ser quase vazio de conteúdo, já que transhistórico e

produto das relações sociais. Porém, Rubin pensa em termos de universais, recorrendo à totalidade dos sistemas culturais - e não a recortes parciais - e trabalha com dualismos como sexo/gênero, natureza/cultura, o que se tornou alvo das críticas feministas posteriores, por não levar em consideração as reivindicações internas do movimento, formuladas por mulheres negras, lésbicas ou da classe trabalhadora, por exemplo.

De acordo com Nicholson, seguindo a linha de pensamento de Rubin, o sexo ainda tinha um papel importante: “o de provedor do lugar do gênero”.²⁰ Esse feminismo que se ancorou na distinção sexo/gênero foi importante para desafiar o determinismo biológico, enfatizando as profundas diferenças nas experiências culturais dos homens e das mulheres. Entretanto, o pensamento binário não consegue captar o nível de desvio das normas de gênero existentes, acabando por reforçar estereótipos em relação às experiências masculinas e femininas.

A origem desse pensamento binário tem raízes no combate ao sexismo. Nicholson explica que por causa da ideia de imutabilidade gerada pelo conceito de “sexo”, as feministas do final dos anos 60 começaram a utilizar a noção de constituição social do caráter humano para enfraquecer esse conceito. Por isso, ampliaram a noção de gênero, que era utilizada na distinção entre fenômenos codificados em termos de “masculino” e “feminino”, passando a se referir às diferenças entre homens e mulheres relacionadas com a personalidade e o comportamento. Elas aceitaram a existência de características biológicas distintivas entre homens e mulheres, mas entenderam que muitas das diferenças eram construídas socialmente.²¹

Assim, o conceito de “gênero” veio para suplementar o conceito de “sexo” e não para substituí-lo. Entretanto, o conceito de “sexo” parecia essencial para elaborar o próprio conceito de “gênero”, como se um decorresse do outro. Daí surgiu o que Nicholson chama de “fundacionalismo biológico” ou feminismo radical, que inclui elementos do construcionismo social, mas que entende que gênero provém do “sexo”, insistindo nas semelhanças entre as mulheres e suas diferenças em relação aos homens. De acordo com

transgeográfico, sendo essencializante e limitador, ancorando suas bases na diferença física, que é intransponível. Foi importante, inicialmente, para demonstrar que a subordinação da mulher não é natural.

²⁰ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.11.

²¹ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.2.

Rodrigues, tal perspectiva também é questionada por Judith Butler, que discute essa ideia de que gênero decorre do sexo, bem como a arbitrariedade dessa distinção. Chama a atenção, ainda, sobre o fato de a teoria feminista não ter problematizado outro vínculo considerado natural, o de gênero e desejo.²²

Ora, esse feminismo fundacionalista ou da diferença em relação aos homens passou a ser o feminismo da uniformidade em relação às mulheres, que, embora permitisse pensar nas diferenças entre as mulheres, não pensava nessas diferenças como interseção, tendendo a colocar as diferenças que marcavam as mulheres desprivilegiadas socialmente de maneira negativa.

Por se basear em uma “espécie de noção ‘porta-casacos’ da identidade, em que o corpo é visto como um tipo de cabide de pé sobre o qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e ao comportamento”²³, esse pensamento binário, que Nicholson chama de “fundacionalismo biológico”, permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos da personalidade e do comportamento, trazendo a noção de que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, mas que tais constantes podem ser modificadas.

Nesse sentido, o “fundacionalismo biológico” difere-se do “determinismo biológico” porque inclui algum tipo de construcionismo social. Mesmo para a posição feminista mais antiga que trabalha com o par binário sexo/ gênero e que considera sexo como algo independente de gênero, a própria utilização do termo gênero permite a inclusão de algum elemento social na constituição do caráter, reconhecendo o mínimo de contribuição social na distinção masculino/feminino.

Para Nicholson, enquanto o “determinismo biológico”²⁴ pensa em termos de igualdade entre mulheres e diferenças entre homens e mulheres, que não são afetadas por variantes culturais, o “fundacionalismo biológico” permite o reconhecimento de diferenças entre as mulheres, relacionando a biologia, a personalidade e comportamento.

²² BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2005, p. 180.

²³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.12.

²⁴ *Idem*, p. 16.

Porém, tal posição do “fundacionalismo biológico” é limitada, já que leva a pensar nas diferenças entre as mulheres mais como uma coexistência do que como interseção com as variáveis de raça ou classe, por exemplo. O gênero acaba sendo pensado como representativo do que as mulheres têm em comum e os aspectos de raça e classe como indicativos do que ela tem de diferente, obscurecendo a possibilidade de se pensar que o que há de comum entre as mulheres possa estar entrelaçado com o que há de diferente.²⁵

Essa noção de identidade como “porta-casacos”, além de obstar a compreensão das diferenças entre as mulheres, não problematiza as diferenças entre homens e em relação ao que pode ser considerado homem ou mulher. Assim, para Nicholson, o feminismo precisa abandonar tanto o “determinismo biológico” como o “fundacionalismo biológico”.

Por isso, a autora propõe que procuremos não apenas o que é socialmente compartilhado, mas também em que lugar esses padrões falham. Ela sugere a substituição da proposta feminista baseada no termo “mulheres” por propostas sobre mulheres em contextos específicos, defendendo que a política feminista não precisa que a palavra “mulher” tenha um sentido definido. Sugere que o conceito mulher seja pensado ao lado do conceito de jogo, entre semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse sentido, o corpo também se torna uma “variável historicamente específica, cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis”.²⁶

A autora refuta a noção de gênero como o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado, para adotar o termo “gênero” como referia qualquer construção social que tenha a ver com a distinção entre masculino e feminino, sem deixar de lado as construções que separam os próprios corpos masculino e feminino, já que a sociedade também forma as maneiras pelas quais o corpo aparece. Por esse motivo, o sexo não pode ser visto separadamente do gênero, mas como algo que possa ser “subsumido pelo gênero”.

²⁷ O corpo, por sua vez, passa a ser entendido como uma “variável” e não mais como uma “constante” capaz de fundamentar as distinções binárias entre masculino e feminino.²⁸ A

²⁵ *Idem*, p. 6.

²⁶ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.27.

²⁷ *Idem*, p. 2.

²⁸ *Idem*, p. 7.

“identidade sexual”, centrada num eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e enraizada num corpo também diferenciado, passou a ser problematizada.²⁹

Joan Scott também entende o termo gênero de maneira ampliada, afirmando que “o gênero é a organização social da diferença sexual”.³⁰ Dessa forma, o gênero não necessariamente reflete ou reproduz diferenças fixas e naturais entre mulheres e homens, pois ele é o conhecimento que adquirimos para estabelecer significados para diferenças corporais. Se as diferenças sexuais só podem ser percebidas através desse nosso conhecimento sobre o corpo, que não é puro, mas inserido em contextos discursivos, o gênero não reflete necessariamente diferenças naturais.

Nesse sentido, Judith Butler também pontua que o sexo não é natural, mas é discursivo e cultural como o gênero e que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.³¹

Dentro dessa linha de pensamento, Nicholson reconhece que o feminismo da diferença foi importante em um momento da história para revelar e combater o sexismo. Todavia, não podia erradicar as diferenças entre as mulheres. Assim, a despeito das críticas sobre a impossibilidade de se fazer política feminista sem usar a categoria “mulher” e sem partir do pressuposto de que há critérios comuns para designar essa categoria, conferindo a ela um sentido definido, Nicholson defende a mobilização em torno de uma “política de coalizão”, isto é, de grupos de interesses claramente definidos em busca de benefícios mútuos. Essa política seria a união daquelas que querem trabalhar pelos direitos e necessidades das mulheres, sem que esse conceito seja tomado em um sentido específico ou consensual, já que as propostas sobre as “mulheres” devem surgir de lugares específicos na história e na cultura, refletindo esses contextos.³²

Cabe aproximar o pensamento de Nicholson do de Judith Butler, aproximando também o conceito de “políticas de coalizão”, de Nicholson, do de “unidades provisórias”,

²⁹ *Idem*, p.13.

³⁰ SCOTT, Joan W. *Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism*. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, 1988, p. 2.

³¹ RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Florianópolis: **Estudos Feministas**, 2005, p. 180.

³² NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.29.

de Butler, que pode ser entendido como uma aglutinação de identidades que “podem ganhar vida e se dissolver”³³, através de processos políticos em que ocorre a identificação, a aglutinação de identidades, com produção de engajamento, ainda que provisoriamente. Isso afasta a ideia de identidades fixas. Segundo Butler:

É tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui.³⁴

Butler também desconstrói o binômio sexo/gênero apoiado no par natureza/cultura, em que o sexo seria o natural e o gênero o cultural. Para a autora, o problema desse binômio é que, nesse caso, não a biologia, mas “a cultura se torna o destino”.³⁵ Ao contrário do que defendiam as teorias feministas elaboradas para explicar a subordinação universal da mulher, que entendiam o gênero como “atributo” de pessoa, Butler o vê como um fenômeno “inconstante e contextual”, que denota um “ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”.³⁶

Segundo Piscitelli, Butler confronta as conceitualizações que estabelecem identidades fixas e que consideram o sexo como “dado”, desafiando o seu caráter imutável. O gênero não deveria ser entendido simplesmente como inscrição cultural sobre um sexo “dado”, mas deveria significar o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo “natural” também são produzidos como pré-discursivos. Butler propõe que a dualidade sexual tenha sido produzida através de discursos científicos, ancorados em bases biológicas presentes nas primeiras formulações de gênero. Sustenta que essa produção disciplinar do gênero gera falsas estabilizações acerca da construção heterossexual, a fim de regular a sexualidade dentro do domínio reprodutivo. As construções de gênero sempre coerentes ocultam as discontinuidades de gênero que ocorrem quando o gênero não decorre do sexo ou quando o desejo e a sexualidade não o seguem.³⁷

³³ RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.81.

³⁴ BUTLER, Judith.. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.23.

³⁵ *Idem*, p. 26.

³⁶ *Idem*, p. 29.

³⁷ BUTLER *apud* PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.13.

Assim, o gênero seria a “estilização repetida do corpo”, através de um conjunto de atos e gestos reiterados que produzem a aparência de uma substância, de “uma espécie de ser natural”. Mas esses atos e gestos seriam “performáticos”, no sentido em que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções sustentadas através de signos corporais e de outros meios. O gênero seria um ato “intencional” e “performático”.³⁸

Nessa perspectiva de Butler, o gênero está constantemente em interseção com outras modalidades de identidades construídas discursivamente, como raciais, étnicas ou de classe, motivo pelo qual é impossível separá-lo das interseções políticas e culturais nas quais é produzido. Butler contrapõe, assim, a ideia de “fluidez” de gênero à de “fixidez” ou, em outras palavras, contrapõe as múltiplas configurações através das quais o poder opera em contextos históricos e culturais específicos à noção de subordinação universal das mulheres.

Donna Haraway também problematiza o binômio sexo/gênero, alegando que enquanto o gênero foi revestido pela ideia de construção social, o sexo e a natureza não foram historicizados, o que manteve a noção de identidades essenciais como “mulher” e “homem”.³⁹ Com isso, a categoria gênero acaba subordinando todas as outras, como raça, classe, nacionalidade, sexo, corpo e natureza. Para a autora, a categoria gênero só adquiriria maior poder explicativo e político se historicizasse as outras categorias.

Buscando romper com as noções de identidades essenciais, Judith Butler propõe que o movimento feminista não mais use a categoria “mulher” como sujeito uno na sua tarefa de emancipação de direitos. A autora define o sujeito do feminismo como “imprevisível” e “indeterminado”⁴⁰, aproximando seu pensamento do de Derrida, para quem o sujeito do feminismo passa a ser o “indecidível”.

Para Butler, isso não significa o esvaziamento da representação política feminista e a liquidação do sujeito mulher. Muito pelo contrário, desconstruir o sujeito feminino é um movimento de emancipação, de libertação do termo para múltiplas significações, desligando-o “das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar em que

³⁸ *Idem*, p.15-16.

³⁹ HARAWAY apud PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 15.

⁴⁰ BUTLER, Judith.. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p.23.

significados não antecipados possam emergir” .⁴¹ Somente assim, o termo pode se abrir para novas ressignificações e designar diferenças que não estejam delimitadas por uma categoria identitária.

A política representativa realizada a partir da categoria “mulher” deve ser conciliada com a aceitação da existência de fragmentações e rupturas identitárias. Segundo a autora, “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada”.⁴²

De acordo com a leitura de Rodrigues sobre Butler, as identidades não fixas são construídas constantemente através de processos políticos em que a identificação se dá, provocando tomadas de posição.⁴³ Nessa lógica, a identidade do sujeito feminino é constituída a partir de um jogo de forças dentro de um campo de poder que, para afirmar o seu fundamento, restringe o sujeito feminino às ontologias maternais e a uma série de significações. Portanto, a identidade do sujeito feminino não pode ser o fundamento da política feminista, já que é resultado desse jogo de forças políticas que atuam em um campo de poder. Segundo a autora:

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulher” não for presumido em parte alguma.⁴⁴

Ainda conforme Rodrigues, Butler se aproxima do pensamento de Derrida sobre *differance* e sobre o signo, quando diz que não há uma identidade de gênero “por trás” das expressões de gênero e que a identidade é “performativamente constituída”.⁴⁵ Tal conclusão é semelhante ao que Derrida diz sobre o signo, propondo que não há significado “por trás” do significante, e que o sentido é efeito produzido por uma cadeia de significantes.

⁴¹ *Idem*, p. 24.

⁴² *Idem*, p. 213.

⁴³ RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.81.

⁴⁴ BUTLER, Judith.. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p.23.

⁴⁵ BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.180.

A identidade não seria, assim, algo em si, mas se manifestaria em um regime de diferenças, em um jogo de referências, de acordo com a noção de *differance*, de Derrida, de que nada é em si mesmo e tudo existe em um processo de diferenciação:

Não é nenhuma diferença particular ou qualquer tipo privilegiado de diferença, mas sim uma diferencialidade primeira em função da qual tudo o que se dá só se dá, necessariamente, em um regime de diferenças (e, portanto, de relação com a alteridade).⁴⁶

Diante disso, a proposta de Butler seria deixar de lado o termo “mulher” e a prisão da “unidade” identitária, para possibilitar outras ações concretas, baseadas no que ela denominou “unidades provisórias”, mais fragmentárias e menos coerentes, surgidas através de identidades que “podem ganhar vida e se dissolver.” Isso porque, segundo a autora, exigir sujeitos estáveis para fazer política é estabelecer um pressuposto fixo a uma realidade instável. Assim, a noção unitária de mulher e identidade genérica feminina deve ser substituída “por conceitos de identidade social que são plurais e de constituição complexa, e nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros”.⁴⁷

Portanto, para Butler, aceitar as divergências e fragmentações também é parte de um processo político, já que a “unidade” e a ideia de “mulheres” como sujeito é restritiva e paradoxal, pois limita em categorias os sujeitos para pretender depois libertá-los. Os objetivos feministas devem ampliar suas reivindicações de representação, ao invés de excluir as diferenças que aparecem dentro dessas “unidades”.

Cabe aqui explicitar que concordamos que a noção universalista de mulher e de identidade genérica feminina escamoteia as diferenças e especificidades existentes dentro de uma suposta unidade, mas cumpre ressaltar que entendemos ser necessário traçar perspectivas que gerem a solidariedade entre mulheres, reconhecendo as diferenças, mas enfatizando também o que há em comum entre elas, a fim de não inviabilizar a prática política.

Nesse sentido, nos afastamos das discussões desconstrutivistas sobre gênero, que foram fundamentais para desnaturalizar a subordinação das mulheres, analisando as tecnologias de poder, mas que, conforme, Piscitelli, transformaram o gênero, muitas vezes,

⁴⁶ DERRIDA *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.180.

⁴⁷ BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.181.

em masculinidade, negando qualquer tipo de essência à mulher e que dificultaram a prática política por enfatizar demais as diferenças.⁴⁸

Acreditamos, assim, ser necessário repensar a categoria mulher e endossamos a nova formulação de Nicholson, já citada anteriormente, que traz uma ideia de mulher sempre atenta ao contexto histórico, que não tem sentido definido, e que funciona como “uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas.” Não se trataria de “mulheres nas sociedades patriarcais” ou mulheres como tais”, mas de “mulheres em contextos específicos”.⁴⁹ Isso possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre as mulheres, de semelhanças e de pontos de interseção, o que possibilitaria a prática política, através das políticas de coalizão. Seria uma forma de tornar compatíveis as críticas ao essencialismo com o projeto político feminista.

No entanto, entendemos que Butler, quando fala em “unidades provisórias” também está pensando em uma forma de tornar viável a prática política feminista e que, a despeito do abandono do termo “mulher”, estaria deixando também aberta a possibilidade para se recriar a categoria “mulher” em contextos históricos e culturais específicos, de acordo com as demandas que fossem surgindo, sem precisar restringir a política feminista “às mulheres”.

O que parece importar é, portanto, abandonar a noção de identidades fixas, para dar lugar à noção de identificação em termos de interseção de categorias, identificação essa que pode ser fluida, a fim de permitir mobilizações políticas, que podem nascer e se desfazer constantemente, em torno de demandas comuns, em contextos históricos e culturais específicos.

Traçadas as devidas considerações sobre a importância de se pensar, de um lado, em termos de identidades fluidas e, de outro, em termos de identidade como termo aglutinador, através de “unidades provisórias” ou de “políticas de coalizão”, importa enfatizar a interseção entre categorias para potencializar a luta por demandas mais específicas, facilitando as políticas inclusivas. Assim, passemos a analisar de maneira articulada as variáveis de raça e

⁴⁸ PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 21.

⁴⁹ PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 21.

gênero, a fim de desenvolver algumas reflexões sobre as formas de exclusão geradas duplamente por esses eixos de opressão.

De acordo com Sueli Carneiro, a intersecção das variáveis de gênero, raça e classe é fundamental para a “construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, em que a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”⁵⁰, isto é, em que a diferença seja vista sem hierarquia.

Por outro lado, também é necessário evitar a diluição das identidades no universal e reconhecer especificidades e diferenças dentro de uma aparente igualdade ou unidade de grupo. Em outras palavras, trata-se de tentar discernir idiosincrasias e necessidades distintas dentro de um mesmo grupo, de forma a ampliar a possibilidade de atender demandas diversas. Por isso, dentro do grupo “mulheres”, importa direcionar um olhar mais específico para as necessidades das mulheres negras.

No Brasil, o intercuro sexual entre negros, indígenas e brancos parece ser, conforme a autora, o primeiro indicativo da tolerância racial, fortalecendo o mito da democracia racial e escamoteando o estupro colonial realizado pelos senhores contra as negras e indígenas, que foi convertido, através das narrativas da nacionalidade, em “um romance” .⁵¹

De acordo com Lélia Gonzalez, o racismo articulado ao sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra, que tem, na sociedade brasileira, uma dupla imagem projetada: a de mulata, hipersexualizada, e a de doméstica, ligada aos afazeres da casa; sem falar na figura da mãe-preta⁵². Lélia constata que a construção das duas figuras veio a partir da figura da mucama, palavra que no *Aurélio* aparece, principalmente, como “a moça de

⁵⁰ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Asboka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.)*. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p.4.

⁵¹ CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011.

⁵² Quanto à figura da mãe-preta, para Lélia, ela não seria a traidora da raça, mas a responsável por passar os valores que lhe diziam respeito aos filhos dos brancos, cuja língua é o “pretuguês”, colocando o r no lugar do l (marca de um idioma africano em que o l não existe), cortando o r dos infinitivos verbais, condensando o você em cê, o está em tá, ou na adoção da palavra bunda (que provém do quimbundo) In GONZALEZ, Lélia, 1984, p. 238.

estimação”, como aquela que auxiliava nos serviços da casa. Entre parênteses, no entanto, o dicionário traz a origem do termo em quimbundo, que significa “amásia escrava”.⁵³

Segundo a autora, não seria por acaso que no *Aurélio*, a outra função da mucama está entre parênteses, pois deve ser cotidianamente ocultada e recalcada. Essa função aparece de forma exaltada no carnaval, momento em que a sociedade hegemônica exerce sua violência simbólica de forma mais forte sobre a mulher negra, por causa do “endeusamento carnavalesco”, que reforça o mito da democracia racial, pois, no seu curto reinado, a mulher negra é retirada da marginalidade para se transformar em sinônimo da alegria e de sensualidade, para depois voltar, cessado o carnaval, para o seu cotidiano de trabalho doméstico, em que se transfigura no lado oposto ao da exaltação.⁵⁴

Importa assinalar que apesar das muitas mudanças, especialmente na legislação, desde a década de 1980, quando Lélia Gonzalez escreveu seu diagnóstico, a situação da mulher negra, seu desprestígio social e a violência – simbólica ou efetiva – sobre seu corpo, frequentemente cometida, não teve grande alteração.

A mulher negra tem, portanto, uma experiência histórica diferenciada do discurso clássico sobre a opressão da mulher. De acordo com Sueli Carneiro, o mito da fragilidade feminina que justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres não se aplica ou nunca se aplicou às mulheres negras, porque nunca foram tratadas como frágeis e nunca reconheceram a si mesmas nesse mito. Essas mulheres, que compõe um contingente provavelmente majoritário na população feminina brasileira, trabalharam durante séculos como lavadeiras, prostitutas, quituteiras ou vendedoras e não entenderam nada quando “as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar”.⁵⁵

A origem branca e ocidental do feminismo acabou estabelecendo sua “hegemonia na equação das diferenças de gênero”, gerando duas dificuldades principais para as mulheres negras. De um lado, fortaleceu o mito da democracia racial, ao universalizar os valores de

⁵³ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984, p 223-244, p.224.

⁵⁴ *Idem*, p. 228-230.

⁵⁵ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Asboka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.)*. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 1.

uma cultura particular para o conjunto de mulheres, e, de outro, revelou seu distanciamento da realidade vivida pela mulher negra.⁵⁶

Assim, para Carneiro, afirmar um feminismo negro, no contexto de sociedades racistas, visa superar não só a histórica hegemonia masculina, mas também, as ideologias complementares desse sistema de opressão, como o racismo, instaurador da inferioridade dos segmentos negros, em geral, e das mulheres negras, mais acentuadamente, atuando como eixo de divisão na luta das mulheres por causa dos privilégios estabelecidos para as mulheres brancas. A integração da luta do movimento negro com a luta do movimento das mulheres, articulando as variáveis de raça, classe e gênero, enegreceria, de um lado, as reivindicações das mulheres, para representar grande parte das mulheres brasileiras e feminizaria, de outro, as reivindicações do movimento negro. Isso significa analisar o impacto do racismo sobre as relações de gênero, para melhor formular políticas públicas inclusivas.

Nesse sentido, atenção especial deve ser dada a algumas questões, como o tratamento das doenças de maior incidência sobre a população negra, como a predisposição biológica para a hipertensão arterial, que, durante a gravidez, propicia considerável número de óbitos entre mulheres negras. Carneiro chama atenção para o fato de que também deve ser combatida a discriminação racial nos hospitais e maternidades. Segundo pesquisa feita pela FioCruz e a prefeitura do Rio de Janeiro, entre 1999 e 2001, verificou-se que o cuidado com as parturientes negras é consideravelmente menor do que com as brancas, de mesma classe social e nível de escolaridade, como, por exemplo, em relação à analgesia de parto, em que 11,1 % das mulheres negras não receberam anestésico, para 5,1% das mulheres brancas.⁵⁷

Além disso, há evidências de que as mulheres negras têm mais propensão a desenvolver miomas uterinos do que as brancas e que a atenção dada às brancas em relação aos miomas é diferenciada. As negras recebem muito mais indicações de retirada do útero, o que se configura numa técnica de esterilização, ao lado da ligadura de trompas. Verifica-se, com isso, o controle da população negra, ou a atuação das tecnologias do biopoder, por meio das quais o Estado exercitará o seu direito de matar ou de “deixar morrer”, conforme afirma Carneiro a partir da reflexão de Michel Foucault, em *Em defesa da sociedade*. O controle sobre

⁵⁶ *Idem*, p. 3.

⁵⁷ CARNEIRO, Sueli. *Ser ou Não-Ser: dispositivo da racialidade no Brasil*, Manuscrito no prelo, 2010, p. 14.

o gênero feminino negro ocorre, principalmente, por meio do “deixar morrer” ou sobre o controle da capacidade reprodutiva.⁵⁸

Os mecanismos de seleção no mercado de trabalho, que exigem boa aparência, baseados no modelo estético da mulher branca e, sendo a negra a “antimusa”, deixam a mulher negra em situação desfavorável em relação à mulher branca. Segundo Carneiro, em estudos realizados em 1999, as mulheres negras, quando empregadas, ganham em média metade do que as brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. O rendimento nacional médio entre negros e brancos no Brasil se distribui da seguinte forma: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca 3,6; o homem negro 2,9; a mulher negra 1,7. A mulher negra representa, portanto, o ápice da exclusão social (CARNEIRO, 2010, p. 14).

Ainda de acordo com Carneiro, a desigualdade de raça e gênero é verificada também na quantidade de anos de estudo que as mulheres negras precisam para ingressar no setor formal. Enquanto as mulheres brancas necessitam de cinco anos a mais de estudos do que os homens para ter a mesma probabilidade de arranjar emprego no setor formal, as mulheres negras necessitam de quatro a sete anos de estudo para competir com as brancas, ou seja, elas precisam de mais quatro de instrução, isto é, oito a onze anos de estudo.⁵⁹

Nessa conjugação do racismo com o sexismo, a mulher negra sofre uma espécie de “asfixia social” que configura o “matriarcado da miséria”⁶⁰ e que, segundo a declaração Pró-Conferência de Racismo⁶¹, se manifesta no rebaixamento da sua autoestima, na redução da sua expectativa de vida em cinco anos em relação às mulheres brancas, em um menor índice de casamentos e no confinamento em ocupações de menor prestígio e remuneração.⁶²

Compreender o impacto da interseção entre racismo e sexismo é deixar de lado o olhar

⁵⁸ *Idem*, p. 18.

⁵⁹ CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011, p.101.

⁶⁰ Essa expressão é do poeta nordestino negro Arnaldo Xavier e indica a experiência histórica das mulheres negras marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição. Indica, ainda, que, apesar disso, conservaram o seu papel de resistência e liderança nas comunidades miseráveis do Brasil. In Carneiro, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, São Paulo: Editora Selo negro, 2011, p. 130.

⁶¹ Essa declaração foi realizada em uma reunião, em setembro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, de 13 organizações de mulheres negras brasileiras para deliberar sobre a participação das mulheres negras na II Conferência Mundial contra o racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em agosto Durban, em 2001. In CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. Op., Cit.*, p. 127.

⁶² CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011, p.128.

tradicional ocidental sobre as necessidades universais das mulheres, cujas brancas eram o protótipo hegemônico, a fim de possibilitar reivindicações políticas mais específicas para as necessidades da mulher negra. Isso implica romper com os eufemismos e silêncios que mascaram as desigualdades raciais em geral e em particular, para a mulher negra.

O objetivo final é dar atenção às diferenças, sem essencializá-las, por um lado, mas sem deixar que se diluam na perspectiva universalizante, por outro. Somente através dessa perspectiva, atendendo às diferenças, sem transformá-las em inferioridades, será possível transpor as categorias de raça e gênero, para vislumbrar novas oportunidades para além delas. Nesse esteio, concluímos com Sueli Carneiro:

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além da sua condição de raça e gênero. Esse é o sentido final dessa luta.⁶³

⁶³ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos Contemporâneos.* Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p.4.